

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	48
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	25.267
Preferenciais	50.533
Total	75.800
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	362.825	342.963
1.01	Ativo Circulante	35.488	15.584
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.272	3.098
1.01.03	Contas a Receber	5.901	4.464
1.01.03.01	Clientes	5.901	4.464
1.01.06	Tributos a Recuperar	9	9
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9	9
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.232	318
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	24.074	7.695
1.01.08.03	Outros	24.074	7.695
1.01.08.03.01	Aplicações Financeiras - Conta reserva	23.943	7.597
1.01.08.03.20	Outros	131	98
1.02	Ativo Não Circulante	327.337	327.379
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.298	2.455
1.02.01.03	Contas a Receber	218	238
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	218	238
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.080	2.217
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.080	2.217
1.02.04	Intangível	325.039	324.924
1.02.04.01	Intangíveis	325.039	324.924
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	325.039	324.924

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	362.825	342.963
2.01	Passivo Circulante	59.995	98.871
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.455	1.359
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.455	1.359
2.01.02	Fornecedores	4.948	6.608
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.948	6.608
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.877	4.477
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.710	2.973
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.150	2.219
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais a Pagar	560	754
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.167	1.504
2.01.03.03.01	ISS a pagar	1.167	1.504
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	39.760	67.813
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.513	56.663
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.513	56.663
2.01.04.02	Debêntures	30.247	11.150
2.01.05	Outras Obrigações	9.496	17.157
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.496	10.440
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.496	10.440
2.01.05.02	Outros	0	6.717
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	6.717
2.01.06	Provisões	1.459	1.457
2.01.06.02	Outras Provisões	1.459	1.457
2.01.06.02.04	Provisões Construtivas	1.459	1.457
2.02	Passivo Não Circulante	210.754	129.923
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	165.999	80.032
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.922	68.659
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	9.922	68.659
2.02.01.02	Debêntures	156.077	11.373
2.02.01.02.01	Debentures	156.077	11.373
2.02.03	Tributos Diferidos	42.901	47.603
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.901	47.603
2.02.04	Provisões	206	329
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	206	329
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	169
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	206	160
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	1.648	1.959
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	1.648	1.959
2.03	Patrimônio Líquido	92.076	114.169
2.03.01	Capital Social Realizado	75.800	67.300
2.03.02	Reservas de Capital	74	74
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	74	74
2.03.04	Reservas de Lucros	7.900	30.410
2.03.04.01	Reserva Legal	597	598
2.03.04.02	Reserva Estatutária	72	72
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	7.231	29.740

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.302	16.385

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	55.096	122.440	30.472	96.663
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-46.401	-96.268	-22.728	-75.083
3.03	Resultado Bruto	8.695	26.172	7.744	21.580
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.600	-5.725	-3.488	-6.014
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.600	-5.725	-3.488	-6.014
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.095	20.447	4.256	15.566
3.06	Resultado Financeiro	-8.216	-13.440	-6.024	-13.941
3.06.01	Receitas Financeiras	393	664	587	1.122
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.609	-14.104	-6.611	-15.063
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.121	7.007	-1.768	1.625
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.366	-2.217	368	-736
3.08.01	Corrente	-1.840	-6.782	-1.184	-3.734
3.08.02	Diferido	3.206	4.565	1.552	2.998
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.755	4.790	-1.400	889
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.755	4.790	-1.400	889
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00009	0,00025	-0,00092	0,00058
3.99.01.02	PN	-0,00045	0,00125	-0,00046	0,00294

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.755	4.790	-1.400	889
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.755	4.790	-1.400	889

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.922	30.062
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	36.137	36.752
6.01.01.01	IR e CS diferidos	-4.565	-2.998
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	31.494	25.108
6.01.01.03	Variações Monet.Emprest.Financ.e Debentures	9.443	14.883
6.01.01.04	Provisão p/ Contingências	66	68
6.01.01.05	Receitas Diferidas	-311	-309
6.01.01.06	Baixas do intangível	10	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-23.005	-7.579
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.437	258
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-914	236
6.01.02.03	Aplicações Fianceiras e outros Adtos	-16.379	-11.702
6.01.02.04	Fornecedores	-1.660	-1.305
6.01.02.05	Fornecedores Parte Relacionadas	-944	6.513
6.01.02.06	Obrigações Sociais e Trabalhistas	96	197
6.01.02.07	Impostos a Recolher	-1.769	-1.327
6.01.02.08	Outras contas a Pagar	2	-337
6.01.02.09	Impostos a Recuperar	0	-112
6.01.03	Outros	4.790	889
6.01.03.01	Lucro líquido (prejuízo) exercício	4.790	889
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-31.619	-17.695
6.02.01	Aquisição Bens Ativo Intangível	-31.619	-17.695
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	14.871	-45.623
6.03.01	Dividendos e Juros s/ capital proprio pagos	-33.600	0
6.03.02	Captação através Emprest. e Financ. e Debentures	161.002	0
6.03.03	Pagto Emprest.Financiamentos e Debentures	-108.000	-30.786
6.03.04	Juros e Remun.pagas s/ Emprest.Financ.Debentures	-4.531	-14.837
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.174	-33.256
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.098	40.230
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.272	6.974

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	67.300	74	46.795	0	0	114.169
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	67.300	74	46.795	0	0	114.169
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.500	0	-35.383	0	0	-26.883
5.04.01	Aumentos de Capital	8.500	0	-8.500	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.883	0	0	-26.883
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	4.790	0	0	4.790
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	4.790	0	0	4.790
5.07	Saldos Finais	75.800	74	16.202	0	0	92.076

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	61.010	74	19.937	0	31.398	112.419
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	61.010	74	19.937	0	31.398	112.419
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6.290	0	-6.290	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	6.290	0	-6.290	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	889	0	889
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	889	0	889
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	7.601	-7.601	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	11.516	-11.516	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3.915	3.915	0
5.07	Saldos Finais	67.300	74	13.647	8.490	23.797	113.308

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	143.087	115.435
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	98.432	85.534
7.01.02	Outras Receitas	44.655	29.901
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-63.894	-49.596
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-61.700	-48.165
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.194	-1.431
7.03	Valor Adicionado Bruto	79.193	65.839
7.04	Retenções	-31.494	-25.108
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.494	-25.108
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	47.699	40.731
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	664	1.122
7.06.02	Receitas Financeiras	664	1.122
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.363	41.853
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	48.363	41.853
7.08.01	Pessoal	6.606	5.710
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.331	4.579
7.08.01.02	Benefícios	887	806
7.08.01.03	F.G.T.S.	388	325
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.174	16.436
7.08.02.01	Federais	14.460	12.235
7.08.02.03	Municipais	4.714	4.201
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.793	18.818
7.08.03.01	Juros	14.104	15.063
7.08.03.02	Aluguéis	3.689	3.755
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.790	889
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.790	889

Comentário do Desempenho



Relatório Trimestral de Resultados – 2T12

A Concepa foi constituída em 1997 pela Construtora Triunfo e pela SBS Engenharia e Construções. A concessão foi outorgada pelo Governo Federal, em outubro de 1997, no âmbito do Programa Federal de Concessões Rodoviárias e tem por objeto a exploração da Rodovia BR-290, no trecho que liga os municípios de Osório, Porto Alegre e Guaíba (entroncamento da Rodovia BR 116), no Estado do Rio Grande do Sul.

A Concepa administra 121 quilômetros de rodovias, com 9 quilômetros de pistas simples e 112 quilômetros de pistas duplas, além de três praças de pedágios, sendo duas unidirecionais (km 19 - Santo Antônio da Patrulha e km 110 - Eldorado do Sul) e uma bidirecional (km 77-Gravataí). Primeira concessão rodoviária federal do Rio Grande do Sul, a Concepa detém um contrato de 20 anos, o qual é supervisionado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A área de concessão corresponde a 3.928 km², onde vivem, aproximadamente, 2,1 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE. No primeiro trecho conhecido como Free Way, a Rodovia BR-290 atravessa seis municípios (Osório, Santo Antonio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha e Porto Alegre), no segundo trecho, já coincidente com a BR-116 e conhecido como Travessia Régis Bittencourt, passa por Porto Alegre e Eldorado do Sul, e no último trecho, recentemente incorporado, sendo apenas a BR-116, corta Eldorado do Sul e Guaíba, atendendo, portanto, oito municípios e tornando-se um dos principais corredores de ligação com o Mercosul, em especial com o Uruguai e a Argentina.

Desde o dia 03 de outubro de 2008, a Triunfo Participações e Investimentos S.A. possui 100% do controle acionário da Concepa.

PRINCIPAIS DESTAQUES

- ① Nosso tráfego de veículos equivalentes teve um aumento de 7,39% no segundo trimestre de 2012, comparado com o mesmo período do ano anterior, atingindo 17.796 mil veículos equivalentes passantes em 2012.
- ① A arrecadação de pedágio cresceu 14,84% no segundo trimestre de 2012, comparado ao mesmo período de 2011, atingindo o valor de R\$ 98,4 milhões no acumulado anual de 2012.

Comentário do Desempenho



CONTEXTO SETORIAL E OPERACIONAL

- ① Em maio, o Jornal do Comércio, focado em economia e negócios, destacou reportagem com a Federação dos Caminhoneiros Autônomos, em que foi citado o projeto da Casa do Caminhoneiro, que está sendo elaborado em parceria com a Concepa. O estabelecimento, que ocupará uma área de aproximadamente 40 mil metros quadrados, será construído entre a BR-116 e a Free Way para oferecimento de diversos serviços aos motoristas.
- ① Três empresas concorrem para a elaboração do projeto da segunda ponte do Guaíba. Duas delas são paulistas: Engevix Engenharia S.A e Enescil Engenharia de Projetos LTDA e uma é gaúcha: Ecoplan Engenharia LTDA. A empresa vencedora terá um prazo de 540 dias para a conclusão do projeto executivo.
- ① No dia 12 de junho, uma manifestação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), interrompeu o fluxo na BR-290, atingindo diretamente o pedágio de Eldorado do Sul, no km 110 da rodovia. As cancelas ficaram liberadas para passagem dos veículos entre 9h29min e 15h devido ao protesto realizado contra o processo de privatização dos pedágios no Estado.
- ① A Assembleia Legislativa do Estado aprovou a criação da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) para administração das estradas estaduais. A intenção é manter a cobrança de pedágio e investir todo o dinheiro arrecadado com as tarifas em melhorias nos trechos correspondentes. Já as rodovias federais serão entregues à União, já que foi firmado acordo para a devolução de 1,2 mil quilômetros de rodovias a partir do vencimento dos contratos.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA (MD&A)

① SERVIÇOS PRESTADOS

O tráfego de veículos equivalentes apresentou um aumento no segundo trimestre de 2012 de 7,39% comparado ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se ao atual crescimento da frota de veículos leves. Além disso, as altas temperaturas registradas na região metropolitana até meados do mês de maio fizeram com que aumentasse o fluxo em direção às praias do litoral norte do Rio Grande do Sul.

Tráfego (veículos equivalentes x mil)	2T12	2T11	%	2012	2011	%
Total Geral	7.802	7.266	7,39%	17.796	16.530	7,66%
Veículos pesados (mil)	3.865	3.703	4,37%	7.829	7.354	6,46%
Participação no tráfego	49,53%	50,97%	-1,4 p.p	43,99%	44,49%	-0,5 p.p
Veículos leves (mil)	3.938	3.562	10,53%	9.967	9.176	8,63%
Participação no tráfego	50,47%	49,03%	1,4 p.p	56,01%	55,51%	0,5 p.p

Comentário do Desempenho



① RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A arrecadação de pedágios é a principal fonte de receita da empresa. A receita operacional bruta no segundo trimestre de 2012 foi de R\$58,8 milhões, um aumento de 74,64% comparado ao mesmo trimestre de 2011. A arrecadação de pedágios representou 73,15% do total das receitas, a receita de construção 26,24%, cabendo o saldo remanescente às receitas acessórias com a exploração comercial da rodovia, tais como aluguel de faixa de domínio e publicidade.

A tarifa média efetiva de negócio aumentou 6,93% no segundo trimestre de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelo reajustamento de nossas tarifas de pedágio, ocorrida em 26 de outubro de 2011, combinada com a variação no tráfego de veículos equivalentes entre as praças de pedágio.

Receita Operacional Bruta	2T12	2T11	%	2012	2011	%
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	58.790	33.664	74,64%	130.839	103.919	25,90%
Arrecadação (R\$ mil)	43.002	37.447	14,84%	98.432	85.533	15,08%
Participação sobre receita operacional bruta	73,15%	111,24%	-38,1 p.p	75,23%	82,31%	-7,1 p.p
Receita de Construção (R\$ mil)	15.426	-4.099	-476,35%	31.619	17.697	78,66%
Participação sobre receita operacional bruta	26,24%	-12,18%	38,4 p.p	24,17%	17,03%	7,1 p.p
Outras Receitas (R\$ mil)	362	316	14,49%	789	688	14,61%
Participação sobre receita operacional bruta	0,62%	0,94%	0,3 p.p	0,60%	0,66%	0,1 p.p

Composição da Arrecadação	2T12	2T11	%	2012	2011	%
Arrecadação (R\$ mil)	43.002	37.447	14,84%	98.432	85.533	15,08%
Tráfego de veículos equivalentes (mil)	7.802	7.266	7,39%	17.796	16.530	7,66%
Tarifa média efetiva	5,51	5,15	6,93%	5,53	5,17	6,89%

Comentário do Desempenho



① DEDUÇÕES DA RECEITA E RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A soma das deduções sobre a receita aumentou 15,74% no segundo trimestre de 2012 comparado ao mesmo período do ano anterior. Este percentual está em linha com o aumento na arrecadação de pedágios.

Deduções da Receita (R\$ mil)	2T12	2T11	%	2012	2011	%
Receita Operacional Bruta	58.790	33.664	74,64%	130.839	103.919	25,90%
ISSQN	2.089	1.795	16,40%	4.714	4.067	15,90%
PIS	286	249	14,89%	656	568	15,60%
COFINS	1.319	1.148	14,89%	3.030	2.621	15,60%
Soma das Deduções	3.695	3.192	15,74%	8.400	7.256	15,77%
Receita Operacional Líquida	55.096	30.472	80,81%	122.439	96.663	26,67%

① CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais da Concepa são compostos por gastos na conservação de rotina e na prestação de serviços aos usuários das rodovias, bem como pela depreciação das obras executadas conforme previsão dos contratos de concessão e de sistemas, equipamentos e veículos necessários para a operação das rodovias. Compõem ainda estes custos a verba de fiscalização paga ao poder concedente, os seguros e as garantias contratualmente obrigatórias. No segundo trimestre de 2012, incorremos em R\$ 46.402 mil de custos operacionais, que comparado com o mesmo período do ano passado, representa um aumento de 116,93%. Os principais motivos deste incremento nos custos operacionais são os apresentados a seguir:

- O custo com pessoal atingiu R\$1.532 mil no segundo trimestre de 2012, um aumento nominal de R\$355mil. Esta variação é decorrente do dissídio anual, combinado com o valor do PPR e transferência de colaboradores entre centro de custos.
- Os custos com conservação de rotina e operação da rodovia atingiram R\$10.300 mil no segundo trimestre de 2012, uma redução nominal de R\$1.558 mil. Esta variação é natural e decorre de programação de realização de obras.
- Os custos de construção atingiram R\$15.426 mil no segundo trimestre de 2012, um aumento nominal de R\$19.524 mil. Esta variação é devido a reversão de ativações em andamento realizado no segundo semestre de 2011.

Comentário do Desempenho



- Os custos com depreciação e amortização atingiram R\$12.397 mil no segundo trimestre de 2012, um aumento nominal de R\$6.258 mil em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é decorrente da conclusão de obras previstas no PER e da curva de tráfego
- Os custos com verbas de fiscalização, seguros e garantias contratuais atingiram R\$1.131 mil no segundo trimestre de 2012, um aumento de 513 em relação ao mesmo período anterior, devido a reversão de valores realizados em 2011 que reduziram a base de comparação neste período.

Custos Operacionais (R\$ mil)	2T12	2T11	%	2012	2011	%
Custos com pessoal	1.532	1.177	30,19%	3.089	2.263	36,50%
Custos com conservação e operação	10.300	11.858	-13,14%	27.898	28.741	-2,94%
Custo de Construção	15.426	-4.098	-476,43%	31.619	17.698	78,66%
Custos com depreciação e amortização	12.397	6.139	101,94%	20.247	13.139	54,10%
Depreciação do ativo reavaliado	5.616	5.687	-1,25%	11.231	11.516	-2,47%
Custos com verbas e seguros contratuais	1.131	618	82,88%	2.183	1.712	27,52%
Outros custos operacionais	0	9	-97,65%	1	15	-96,40%
Custos operacionais totais	46.402	21.390	116,93%	96.268	75.084	28,21%

① DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas operacionais da concessionária são compostas por gastos com pessoal, despesas gerais administrativas e depreciação de ativos alocados na administração. No segundo trimestre de 2012 incorremos em R\$3.600 mil de despesas administrativas, um aumento de 3,23% quando comparado ao mesmo período de 2011. Os principais motivos desta variação nas despesas operacionais são:

- As despesas com pessoal atingiram R\$2.421 mil no segundo trimestre de 2012, um aumento de 11,69% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é decorrente de adequação no quadro funcional e transferência de colaboradores entre centro de custos. No acumulado anual percebemos um aumento de 2,04%.
- As despesas gerais e administrativas atingiram R\$1.176 mil no segundo trimestre de 2012, um aumento de 20,05% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é decorrente de adequações orçamentárias. No Acumulado anual temos uma redução de 0,66%

Comentário do Desempenho

Despesas Operacionais (R\$ mil)	2T12	2T11	%	2012	2011	%
Despesas com pessoal	2.421	2.168	11,69%	3.517	3.447	2,04%
Despesas gerais e administrativas	1.176	980	20,05%	2.200	2.215	-0,66%
Despesas com depreciação	9	353	-97,44%	15	453	-96,75%
Outras despesas operacionais	-6	-14	-53,12%	-6	-100	-93,66%
Despesas operacionais totais	3.600	3.488	3,23%	5.726	6.014	-4,79%

EBITDA

Corresponde ao lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações. No segundo trimestre de 2012 o Ebitda totalizou R\$23.116 mil, um aumento de 30,05% comparado ao mesmo período do ano anterior e a Margem Ebitda foi de 41,96%.

EBITDA	2T12	2T11	%	2012	2011	%
Lucro (Prejuízo) Líquido	-1.756	-515	241,02%	4.790	889	438,55%
(+) IR e CS	-1.366	87	-1.674%	2.216	736	201,16%
(+) Resultado Financeiro Líquido	8.216	6.024	36,39%	13.440	13.941	-3,59%
(+) Depreciação e Amortização	18.022	12.180	47,97%	31.494	25.108	25,43%
EBITDA	23.116	17.775	30,05%	51.939	40.674	27,70%
Margem EBITDA	41,96%	58,33%	-16,4 p.p	42,42%	42,08%	0,3 p.p

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No segundo trimestre de 2012 o Resultado Financeiro Líquido da empresa ficou negativo em R\$8.216 mil, refletindo uma variação de 36,39%, comparado ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente a variação do IGPM e a contratação da 5ª emissão de debentures.

Resultado Financeiro	2T12	2T11	%	2012	2011	%
Receitas Financeiras	393	587	-33,03%	664	1.122	-40,81%
Despesas Financeiras	-8.609	-6.611	30,22%	-14.104	-15.063	-6,37%
Despesas com Debêntures	-1.609	-1.133	41,95%	-2.549	-3.831	-33,45%
Juros de Capital de Giro	0	0		0	0	
Juros de Empréstimos e Financiamentos	-6.930	-5.392	28,53%	-11.378	-11.092	2,58%
Outras Despesas Financeiras	-70	-86	-18,21%	-177	-141	25,78%
Resultado Financeiro	-8.216	-6.024	36,39%	-13.440	-13.941	-3,59%

Comentário do Desempenho**① LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO**

No segundo trimestre de 2012 a concessionária apresentou um resultado líquido de R\$-1.756 mil. (redução do resultado)

① ENDIVIDAMENTO TOTAL

No segundo trimestre de 2012, a dívida bruta da Concepa teve um aumento de 11,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior. A exigibilidade de nosso passivo no acumulado foi de 22,26% de obrigações de curto prazo e de 77,74% de longo prazo, representadas por debêntures emitidas por nossa companhia, além de empréstimos na modalidade CCB e Capital de Giro. O aumento do Endividamento em relação ao segundo trimestre de 2011 ocorreu principalmente pela 5ª emissão de debentures realizada em março de 2012.

Endividamento (R\$ mil)	2T12	2T11
Dívida Bruta	270.749	242.109
Curto Prazo	59.995	69.357
Longo Prazo	210.754	172.752
Caixa e Banco	4.272	6.964
Aplicações Financeiras	23.943	22.421
Dívida Líquida	242.534	212.724

BANCO	OPERAÇÃO	GARANTIA	VALOR	TAXA ANUAL	SALDO DEVEDOR 30/06/12
Debêntures 4.emissão	captação debêntures	recebíveis de pedágio	32.000	IGPM + 10%	22.984
Cédula CCB Banco Banif	captação ccb	recebíveis de pedágio	35.000	IGPM + 11%	20.172
Debêntures 5.emissão	captação debêntures	recebíveis de pedágio	160.000	CDI +1,95%	165.720
TOTAIS			227.000		208.876

BANCO	SALDO DEVEDOR 30/06/12	CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO				
		2012	2013	2014	2015	2016
Debêntures 4.emissão	22.984	11.027	11.957	-	-	-
Cédula CCB Banco Banif	20.172	10.068	10.104	-	-	-
Debêntures 5.emissão	165.720	5.720	20.795	36.458	46.402	56.345
TOTAIS	208.876	26.815	42.856	36.458	46.402	56.345

Comentário do Desempenho



① INVESTIMENTOS (CAPEX)

Os investimentos do segundo trimestre de 2012 totalizaram R\$31,6 milhões, um aumento de 78,67% se comparado com o mesmo período de 2011. Os maiores investimentos ocorreram na duplicação da BR-116.

Adições ao Imobilizado	2T12	2T11	%	2012	2011	%
Adições no Ativo Imobilizado	15.425	12.513	23,27%	31.619	17.696	78,67%
Adições no Intangível	0	0		0	0	
Total de Adições ao Ativo Permanente	15.425	12.513	23,27%	31.619	17.696	78,67%

IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado líquido e diferido da empresa até junho de 2012 é de R\$ 199,1 milhões distribuídos da seguinte maneira:

Item	Imobilizado Custo	Depreciação	Imobilizado Líquido	%
Recuperação e Restauração de Rodovias	132.747	82.144	50.603	38,12%
Obras de Melhoria e Ampliação	252.371	109.988	142.383	56,42%
Edificações	1.332	928	404	30,33%
Sistemas, Equipamentos e Veículos	12.361	8.786	3.575	30,30%
Outros	11.538	9.392	2.146	28,92%
Total	410.349	211.238	199.111	18,60%

① OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Nossas atividades são caracterizadas pela necessidade de gastos elevados, muitas vezes concentrada principalmente na fase pré-operacional e nos primeiros anos de operação. Estamos no 15º ano de operação, com adições significativas já realizadas no ativo imobilizado, e com saldos de imobilizado a realizar, diluídos até o final do prazo contratual da concessão, conforme definido em nosso cronograma físico e financeiro.

Para o cálculo das obrigações contratuais da concessionária, utilizamos os valores previstos nos cronogramas físico e financeiro do contrato de concessão, atualizamos os valores que se encontravam na data-base de nossa proposta comercial através do fator de reajuste acumulado (fórmula paramétrica que reajusta as tarifas de pedágio), até a data-base de 30 de junho de 2012, chegando ao índice de 3,9378. Ressaltamos que esta é uma mera atualização dos valores previstos nos cronogramas físico-financeiros dos contratos de concessão, através

Comentário do Desempenho



da fórmula paramétrica que reajusta as tarifas. Os valores não servem como referência, podendo ser distintos da previsão de CAPEX de nossa companhia, uma vez que elaboramos nossas previsões orçamentárias segundo projetos executivos de engenharia e entendimento de nossa administração.

Previsão do PER Rev. 22, atualizada para data-base junho/2012	Total	2012	2013 a 2014	2015 a 2017
Obras de Melhoria e Ampliação	68.004	45.491	22.355	158
Sistemas, Equipamentos e Veículos	445	78	157	210
Total	68.449	45.570	22.512	368

(*) O prazo final de nossa concessão é 4 de Julho de 2017.

A previsão orçamentária apresenta valores bastante próximos aos investimentos previsto no PER. Destaca-se que existem serviços no PER que são considerados custos, mas que na companhia estes são investimentos, como por exemplo a compra de veículos e a melhoria nos sistemas operacionais.

① RECURSOS HUMANOS

Um dos efeitos sociais mais destacados em empresas de concessão de rodovias é a elevada geração de empregos que proporciona:

Empregos Diretos (ED) – o quadro de empregados efetivos da Concepa, encerrou o mês de junho de 2012 com 210 colaboradores.

- a) Empregos Indiretos Subordinados (EIS) – São empregados de empresas prestadoras de serviços dedicados quase exclusivamente à Concepa. Neste grupo incluem-se os funcionários de empresas de serviços e ampliação da rodovia. Totalizam 284 colaboradores e representam 57,5% do total da força de trabalho. Sua renda fica próxima à dos funcionários diretos do grupo operacional.
- b) Empregos Indiretos (EI) – postos de trabalhos são abertos ou mantidos, impulsionados pelas atividades comerciais mantidas com a Concepa, seus funcionários diretos ou terceirizados.

Comentário do Desempenho

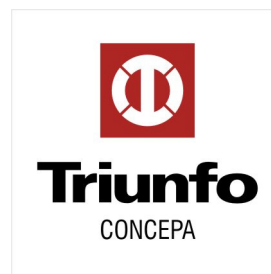
Colaboradores Concepa junho de 2012

Funcionários diretos e terceirizados	Categoria	Multiplicador	Estimativa de empregos indiretos gerados
09	gerência/diretoria	5	45
16	liderança	4	64
185	operacional	3	555
284	terceirizados	3	852
494			1.516

Ao final de junho de 2012 a Concepa gerou 1.516 empregos em sua área de abrangência. Destes, 494 são funções terceirizadas ou executadas diretamente pelos seus colaboradores e 1.022 são empregos gerados indiretamente pela movimentação econômica propiciada pela empresa.

Em relação aos funcionários diretos e terceirizados, os mesmos estão alocados nas seguintes atividades:

Atividade	Funcionários	Terceiros	Total
Administrativo	55	10	65
Arrecadação	129	00	129
Engenharia	07	236	243
Operação Balança	00	10	10
Operação CCO	13	00	13
Operação Vão Móvel	06	00	06
Tráfego	00	28	28
Total	210	284	494

Comentário do Desempenho**Ⓜ PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS**

Em decorrência de nossas atividades, estamos sujeitos a processos nas mais variadas áreas. No segundo trimestre de 2012 tivemos 496 processos em trâmite, compostos da seguinte maneira:

Tipo da Ação	nº Ações	Valor Envolvido (R\$ mil)	Vlr.Provisionado (R\$ mil)
Ações Trabalhistas	21	895	0
Ações Cíveis Estaduais	82	8.764	135
Ações Cíveis Federais	21	2.746	0
Juizado Especial Cível	37	236	70,7
Ações Administrativas	335	0	0
Total	496	12.641	205,7

Ⓜ INDICADORES OPERACIONAIS

Atendimentos realizados por tipo de viatura	2T12	2T11	%	2012	2011	%
Viaturas de atendimento médico (mista + UTI)	670	595	12,61%	1.617	1.516	6,66%
Viaturas de inspeção de rodovia	3.478	2.170	60,28%	7.831	6.728	16,39%
Viaturas de atendimento mecânico (guincho-reboque)	3.825	5.629	-32,05%	11.978	13.142	-8,86%
Total de Atendimentos	7.973	8.394	-5,02%	21.426	21.386	0,19%

Outras Formas de Atendimentos aos Usuários	2T12	2T11	%	2012	2011	%
Número de atendimentos por call center (call box, telefone)	13.930	14.097	-1,18%	37.722	34.781	8,46%
Total de Atendimentos	13.930	14.097	-1,18%	37.722	34.781	8,46%

Segurança Rodoviária	2T12	2T11	%	2012	2011	%
Número de Acidentes sem Óbito	338	311	8,68%	819	794	3,15%
Número de Acidentes com Óbito	7	6	16,67%	13	9	44,44%
Número Total de Acidentes	345	317	8,83%	832	803	3,61%
Número de Vítimas sem Óbito	1.085	852	27,35%	2.811	2.169	29,60%
Número de Vítimas com Óbito	7	6	16,67%	13	9	44,44%
Número Total de Vítimas	1.092	858	27,27%	2.824	2.178	29,66%

Comentário do Desempenho

Praça de Pedágio	Pistas Manuais	Pistas Semi-automáticas (cartões)	Pistas Automáticas (AVI)	Pistas Reversíveis	By Pass
P1 - Km 19	14	00	02	00	00
P2 - Km 78	23	00	04	13	00
P3 - Km 110	07	00	02	00	00
Total de pistas	44	00	08	13	00
Capacidade operacional	52				

📍 LOCALIZAÇÃO

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, da rodovia BR-290/RS, no trecho Osório-Porto Alegre, entroncamento BR-116 (entrada para Guaíba) e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER, posteriormente substituído pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, nos termos dos Editais n.º. 0292/93-00 (Fase I), 0292/93-00 (Fase II) e 0292/93-00 (Fase III) - com prazo fixado de 20 anos a partir de 4 de julho de 1997, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros doze anos da concessão. Estes investimentos estão sendo financiados pelos financiamentos de curto e de longo prazo e aporte de capital dos acionistas.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo IASB que são efetivas para as informações trimestrais findas de 30 de junho de 2012.

2.1. Conversão de moeda estrangeira

As informações trimestrais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis -- continuação

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último trimestre e de trimestres anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis – continuação

2.3. Impostos – continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre serviços incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre serviços; e
- O valor líquido dos impostos sobre serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS – Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

As receitas são apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis -- continuação

2.4. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras vinculadas. Não há, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis -- continuação

2.4. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

(i) Ativos financeiros -- continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis -- continuação

2.4. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Não há em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 valores que requeiram ajuste a seu valor presente.

2.6. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis -- continuação

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.10. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis -- continuação

2.11. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM ° 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.12. Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Abaixo destacamos as normas já emitidas e que entraram em vigor neste exercício, as quais não causaram impacto às demonstrações financeiras interinas da companhia:

- IAS 1 *Apresentação das Demonstrações Financeiras* – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 12 *Imposto de Renda* – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo.

A seguir destacamos as normas já emitidas e que não entraram em vigor na data da elaboração destas informações trimestrais. Na avaliação da administração tais normas não causarão impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 19 *Benefícios aos Empregados (Emenda)* – Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011)* - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 *Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)* - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações* - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC.
- IFRS 9 *Instrumentos Financeiros* – Classificação e Mensuração O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 – *Demonstrações Financeiras Consolidadas*. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013
- IFRS 11 – *Acordos Conjuntos* Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – *Mensuração de Valor Justo*- Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia da Companhia.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- continuação

Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e caixa equivalente

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Caixa e bancos	4.272	3.088
Títulos de capitalização	-	10
	<u>4.272</u>	<u>3.098</u>

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente.

5. Aplicações financeiras - conta reserva

Como mencionado nas notas explicativas nºs 7 e 8 parte da arrecadação é retida para pagamento de juros e principal do contrato de Cédula de Crédito Bancária e dos juros e resgate de debêntures de emissão da Companhia. A parcela retida é aplicada em fundos de renda fixa pós fixados, sendo registrados contabilmente em conta específica.

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Aplicações financeiras - conta reserva	23.943	7.597
	<u>23.943</u>	<u>7.597</u>

Notas Explicativas**6. Intangível**

Custo	Pavimentos	Ampliação capacidade	Computadores e Softwares	Intangível em andamento	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2010	220.459	278.133	12.409	16.615	38.092	565.708
Construções/Aquisições	-	-	434	42.829	1.132	44.395
Baixas	-	-	-	-	(2.046)	(2.046)
Transferências	-	42.099	2.156	(46.452)	2.197	-
Saldo em 31/12/2011	<u>220.459</u>	<u>320.232</u>	<u>14.999</u>	<u>12.992</u>	<u>39.375</u>	<u>608.057</u>
Construções/Aquisições	-	-	356	31.211	52	31.619
Baixas	-	-	-	-	(10)	(10)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2012	<u>220.459</u>	<u>320.232</u>	<u>15.355</u>	<u>44.203</u>	<u>39.417</u>	<u>639.666</u>
Amortização						
Saldo em 31/12/2010	98.405	109.854	8.147	-	22.664	239.070
Amortização	20.593	21.463	1.520	-	2.506	46.082
Baixas	-	-	-	-	(2.019)	(2.019)
Saldo em 31/12/2011	<u>118.998</u>	<u>131.317</u>	<u>9.667</u>	<u>-</u>	<u>23.151</u>	<u>283.133</u>
Amortização	10.179	18.925	1.020	-	1.370	31.494
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2012	<u>129.177</u>	<u>150.242</u>	<u>10.687</u>	<u>-</u>	<u>24.521</u>	<u>314.627</u>
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2011	<u>101.461</u>	<u>188.915</u>	<u>5.332</u>	<u>12.992</u>	<u>16.224</u>	<u>324.924</u>
Saldo em 30/06/2012	<u>91.282</u>	<u>169.990</u>	<u>4.668</u>	<u>44.203</u>	<u>14.896</u>	<u>325.039</u>

(i) Os valores registrados em intangível em andamento referem-se, basicamente, a expansão de pistas.

Notas Explicativas

7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos podem ser assim demonstrados:

	30/06/12		31/12/11	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento – capital de giro				
Santander	-	-	8.092	-
Votorantin	-	-	40.476	60.000
	-	-	48.568	60.000
Cédula de Crédito Bancária – CCB	10.244	10.105	9.933	9.793
	10.244	10.105	58.501	69.793
(-) Gastos com colocação	(731)	(183)	(1.838)	(1.134)
	9.513	9.922	56.663	68.659

Financiamento – Capital de Giro

Em 22 de março de 2012 a companhia realizou uma nova captação de debêntures, tendo parte dos recursos sido utilizados para a quitação do financiamento devido ao Banco Votorantin.

A companhia possui contrato com o Banco Santander uma conta garantida cujo limite é de R\$12 milhões de reais e seu vencimento é em 23 de maio de 2012. Em 30 de junho de 2012 não há recursos dessa linha tomados pela Companhia.

Cédula de Crédito Bancária - CCB

Em 7 de julho de 2006 a Companhia firmou com o BANIF - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A., uma cédula de crédito bancária na modalidade operação de mútuo, no valor de R\$35.000, cujos recursos foram destinados para pagamento de juros e amortização de financiamentos, empréstimos e debêntures da segunda e terceira emissão, assim como para os investimentos no trecho de 8,7 quilômetros incorporados a concessão em outubro de 2005. O valor principal está indexado a variação do IGP-M, sobre o qual incide juros de 11% a.a.

O pagamento dos juros ocorre mensalmente, desde o mês seguinte ao da emissão e o principal será amortizado em 5 parcelas anuais, com carência de 36 meses da emissão para o pagamento da primeira parcela. A garantia da operação é formada por um instrumento de cessão fiduciária ao BANIF dos direitos sobre a arrecadação dos pedágios, que será depositada em Conta Reserva de Amortização constituída pela Companhia no Banco Bradesco S.A., formada pelo recolhimento mensal, de 25% da arrecadação. Como mencionado na nota 5.

Os gastos decorrentes da captação das Cédulas de Crédito Bancário, CCBs, também são amortizados pelo prazo da operação, ou seja, 86 meses, e contemplam os gastos incorridos para obtenção do correspondente financiamento. Tais valores são apresentados deduzindo a conta principal do passivo.

O fluxo de amortização dos empréstimos e financiamentos será como segue:

	30/06/2012
2012	9.513
2013	9.922
	19.435

Este contrato não inclui cláusulas restritivas (“Covenants”), exceto a obrigação de retenções de parcela da receita, como indicado acima.

Notas Explicativas

8. Debêntures

	Indexador	Taxa de juros	30/06/12	31/12/11
4ª Emissão	IGP-M	10,0% a.a	24.881	22.992
5ª Emissão	DI	100% DI	165.720	-
			190.601	22.992
Gastos com emissão			(4.277)	(469)
			186.324	22.523
Passivo circulante			(30.247)	(11.150)
Passivo não circulante			156.077	11.373

a) 4ª Emissão:

São 32.000 debêntures públicas nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 1º de setembro de 2006, com 4 anos de carência do principal e vencimentos em quatro parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 1º de setembro de 2013. Os recursos das debêntures ingressaram na Companhia, no mês de dezembro de 2007, no montante de R\$ 34.741. As debêntures são atualizadas pela variação do IGP-M e recebe uma remuneração paga anualmente, a taxa de juros equivalente a 10% a.a., sobre o valor nominal unitário das debêntures em circulação.

Para amortização mensal dos juros, de acordo com a escritura, é constituída uma reserva mensal de caixa proveniente da receita com arrecadação do pedágio, até o limite do valor equivalente à totalidade dos juros a serem pagos no respectivo mês, como mencionado na nota 5.

O valor relativo aos gastos com colocação de debêntures no mercado, foi classificado no passivo como redutor do saldo a pagar e está sendo amortizados pelo prazo de vencimento das debêntures.

b) 5ª Emissão:

São 16.000 debêntures públicas, simples e não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautela ou certificados, ao valor nominal de R\$10.000,00 cada, com emissão em 01 de março de 2012, sua garantia é real e contarão com garantia adicional fidejussória.

O prazo de vencimento das debêntures será de 4 anos e 6 meses a contar da data de emissão, com vencimento final em 01 de setembro de 2016. O valor nominal de cada debênture será amortizado em 8 parcelas semestrais.

Os recursos das debêntures ingressaram na companhia em 23 de março de 2012 no montante de R\$160.000, servirão para pre-liquidação da captação de R\$ 110.000 das CCBs junto ao Banco Votorantim e recomposição do caixa da companhia.

As debêntures serão atualizadas através de 100% das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI). Sua amortização será semestral, sendo o primeiro vencimento em 01 de março de 2013 e o último em 01 de setembro de 2016. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão das debêntures, sendo o primeiro pagamento devido em 01 de setembro de 2012 e o último na data de vencimento das debêntures.

Para amortização semestral dos juros, de acordo com a escritura, é constituída uma reserva mensal de caixa proveniente da receita com arrecadação do pedágio, até o limite do valor equivalente à totalidade dos juros a serem pagos no respectivo semestre.

O valor relativo aos gastos com colocação de debêntures no mercado foi classificado no passivo como redutor do saldo a pagar e está sendo amortizados pelo prazo de vencimento das debêntures.

Notas Explicativas

8. Debêntures -- continuação

b) 5ª Emissão: -- continuação

A escritura, inclui uma cláusula restritiva (“*Covenants*”) com a obrigação de manter a relação entre a dívida líquida o EBTIDA, não superior ao descrito abaixo:

Relação dívida líquida/EBTIDA:

- 2,50x em 2012
- 2,00x em 2013
- 1,50x em 2014
- 1,25x em 2015
- 0,75x em 2016

O fluxo de amortização das debêntures será como segue:

	<u>30/06/12</u>
2012	18.644
2013	37.560
2014	35.420
2015	45.080
2016	53.897
	<u>190.601</u>

9. Transações com partes relacionadas

No tocante às transações realizadas junto às empresas Rio Guaíba e Consórcio TRS, as mesmas referem-se basicamente a operações de prestação de serviços, para recuperação, manutenção, conservação e ampliação da rodovia, e foram geradas, quanto a prazos, encargos e garantias, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de prestação de serviços. Os preços e quantidades estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, em condições similares ao mercado, e todas as obras são fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Os saldos e transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	Aquisição do intangível		Passivos (mutuo e Fornecedores)		Despesas			
					Conservação/ Manutenção		Arrecadação/ Operação	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11	31/03/12	30/06/11	31/03/12	30/06/11
Consórcio TRS *	18.188	28.507	2.104	3.539	763	670	-	-
Rio Guaíba **	-	-	7.392	6.901	18.473	19.016	6.424	3.669
Total	18.188	28.507	9.496	10.440	19.236	19.686	6.424	3.669

* Consórcio Construtor TRS.

** Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda.

A Concessionária contratou a empresa Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda., para realizar a prestação de serviços especializados de operação da rodovia,

serviços de manutenção, conservação, serviço de mão de obra especializada para operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio e Serviços de Orientação ao Usuário (SOU) os quais são realizados no trecho sob responsabilidade da Companhia.

Valores contratuais:

Notas Explicativas

9. Transações com partes relacionadas -- continuação

a) Contratos de operação e arrecadação

No contrato de operação firmado entre a Companhia e Rio Guaíba estão previstos a prestação de serviços especializados de atendimento médico pré-hospitalar, socorro mecânico (guincho e resgate), recolhimento de animais na pista, sistema de pesagem, sistema de rádios e transporte de pessoal.

b) Contrato de conservação e manutenção

No contrato de conservação/manutenção firmado entre a Companhia e Rio Guaíba estão previstos a realização de serviços em obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança e pavimentos. Foram firmados preços unitários para cada tipo de serviço.

A sede social da Companhia é alugada da Controladora TPI. O Aluguel mensal é de R\$28, reajustados anualmente pelo IGPM.

10. Impostos a recolher

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Imposto de renda retido na fonte	4	61
ISSQN a pagar	1.167	1.671
IRPJ a pagar	777	1.605
CSLL a pagar	373	614
Cofins a pagar	431	571
PIS a pagar	93	124
Outros	32	-
	<u>2.877</u>	<u>4.646</u>
Passivo circulante	<u>(2.877)</u>	<u>(4.477)</u>
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>169</u>

11. Receitas Diferidas

As Receitas Diferidas correspondem às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia firmado com a Embratel em 9 de setembro de 2007, líquidas dos impostos incidentes, cujos saldos em 31 de março de 2012 estão demonstrados abaixo:

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Receita recebida antecipadamente	1.848	2.201
(-) Deduções da receita antecipada	(200)	(242)
	<u>1.648</u>	<u>1.959</u>

Pela utilização da infra-estrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$6.674, dos quais R\$3.888 foram antecipados em 23 de outubro de 2007. O saldo remanescente do contrato será recebido em 8 parcelas anuais de R\$331 mais R\$138 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada aos resultados de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

Notas Explicativas

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Conselho de Administração da Companhia, conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas datada em 30 de abril de 2010, possui autorização para aumentar seu capital social em até R\$ 80.000.

Em 30 de abril de 2012, através de Reunião do Conselho, foi efetuado aumento do capital social no valor de R\$8.500, mediante emissão de 8.500.000 novas ações (sendo 5.666.704 preferenciais e 2.833.296 ordinárias), totalmente integralizado pelo acionista TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., através de reserva de lucros da Companhia, atendendo a exigência do contrato de Concessão. O capital social que era de R\$67.300 em 31 de dezembro de 2011, passou para R\$75.800 em 30 de abril de 2012, composto por 25.267 mil ações ordinárias e 50.533 mil ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos, no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital, sem premio.

O capital social em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 estava composto conforme demonstrativo:

	30/06/12				31.12.11	
	Ações		Total	%	Total	%
	Ordinárias	Preferenciais				
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	25.266.665	50.533.329	75.799.994	100	67.299.994	100
Outros	6	-	6	-	6	-
	<u>25.266.671</u>	<u>50.533.329</u>	<u>75.800.000</u>	<u>100</u>	<u>67.300.000</u>	<u>100</u>

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a valores relativos a reavaliação patrimonial espontânea realizada para a data-base de 31 de dezembro de 2003 e posteriormente para a data base de outubro de 2007, constituída com base em laudo emitido por peritos independentes, e é apresentada líquida dos efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual do imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 01 de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “ajuste de avaliação patrimonial”.

Em 01 de março de 2010, foi utilizado o valor de R\$ 50.494 da reserva de reavaliação para incorporação da Esparta Participações e Investimentos S.A., após a cisão parcial dessa controladora incorporada, conforme consta na ATA da AGE e Conselho de Administração, bem como os devidos laudos de avaliação.

O saldo líquido da reserva de reavaliação em 30 de junho de 2012 totaliza R\$8.302 (R\$40.966 de reserva e R\$32.664 referentes aos impostos)

c) Reserva estatutária

De acordo com o estatuto social, deverá ser constituída uma reserva específica para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão, através da aplicação do percentual de 0,5% sobre os lucros líquidos anuais da Companhia, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

Notas Explicativas

13. Dividendos

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em 22 de março de 2012 a companhia distribuiu aos acionistas os dividendos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$6.717, e que se encontravam provisionados para pagamento. Adicionalmente, na mesma data, o conselho de administração aprovou o pagamento de dividendos adicionais de R\$26.882, sendo R\$21.239 relativo a saldo das reservas de lucros retidos e R\$5.643 relativos a dividendos intercalares do resultado de 2012.

14. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	30/06/12		31/12/11	
Lucro líquido do período/exercício	4.790		11.853	
Total de ações (mil)	75.800		67.300	
	Ordinárias	Preferências	Ordinárias	Preferências
Quantidade de ações (mil)	25.267	50.533	22.433	44.867
Lucro líquido por ação	0,0506	0,0695	0,1410	0,1937

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

Notas Explicativas

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2012 a Companhia tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, apresentando a seguinte natureza:

	30/06/12		31/12/11	
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Ativo				
Provisão para contingências	51	18	69	54
Provisão manutenção ativo de concessão	363	131	494	494
Amortização de ágio advindo de incorporação	1.116	401	1.517	1.669
Ativo não circulante	1.530	550	2.080	2.217
Passivo				
Sobre reserva de reavaliação	24.010	8.646	32.656	36.820
Sobre amortizações ¹	7.533	2.712	10.245	10.783
Passivo não circulante	31.543	11.358	42.901	47.603

¹ Refere-se a diferença de amortização gerada pela aplicação do ICPC01 e a registrada para fins fiscais.

Em 30 de junho de 2012 a Companhia registra impostos diferidos referente a despesas temporariamente não dedutíveis.

Não há prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social em 30 de junho de 2012.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social registrados em 30 de junho de 2012 e 2010 são os seguintes:

	30/06/12	30/06/11
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.007	1.625
Alíquota nominal (IR de 25 % e CS de 9 %)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	2.382	(553)
Exclusões/adições não dedutíveis, líquidas	(154)	(171)
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	(12)	(12)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.216)	(736)
Imposto corrente	(6.782)	(3.734)
Imposto diferido	4.565	2.998

16. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por três membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

Não existe na Companhia plano de bonificação adicional aos honorários dos membros do Conselho de Administração ou da diretoria executiva, ou quaisquer outros benefícios, sendo a remuneração composta unicamente por honorários.

O valor dos honorários pagos a diretoria até 30 de junho de 2012 foi de R\$720 (R\$702 em 30 de junho de 2011).

Notas Explicativas

17. Cobertura de seguros

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, cobertura de seguro na modalidade Seguro Garantia – Fiança com o objetivo de garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “all risks” para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

Marcos contratuais	Valor importância segurada	Prazo de vigência
Risco patrimonial – veículo	100% da tabela FIPE (i)	Jan/12 a Jan/13
Riscos patrimoniais, de engenharia e faturamento	19.978	Set/11 a Set/12
Garantia de execução da concessão	13.193	Jan/12 a Jan/13

(i) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

18. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, como demonstradas abaixo:

	31/12/11	Adições	Baixas	30/06/12
Provisões cíveis	160	85	(39)	206
Provisão para contingências	160	85	(39)	206

Em 30 de junho de 2012, os processos considerados possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R\$3 e referem-se basicamente indenizações de sinistros na rodovia e verbas rescisórias.

19. Despesas com benefícios a funcionários

	30/06/12	30/06/11
Ordenados e salários	4.301	3.661
Custos de previdência social	1.030	918
	5.331	4.579

A Companhia não concede a seus funcionários benefícios de aposentadoria, pós-emprego, remuneração baseada em ações ou nenhum outro tipo de benefício de longo prazo.

Notas Explicativas

20. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Despesas por função		
Custo dos serviços prestados	96.268	75.083
Despesas operacionais	<u>5.725</u>	<u>6.014</u>
	101.993	81.097
Despesas por natureza		
Custo de construção	31.619	17.697
Custo de serviços prestados	30.081	30.399
Salários	6.605	5.479
Gerais e administrativas	<u>2.194</u>	<u>2.414</u>
	70.499	55.989
Amortização e depreciação:		
Amortização e depreciação custo original	19.247	13.592
Amortização ajuste de avaliação patrimonial (i)	<u>12.247</u>	<u>11.516</u>
Total amortização e depreciação	31.494	25.108
	101.993	81.097

i) Refere-se a amortização da parcela de reavaliação patrimonial espontânea realizada em 2003 e 2007. Com a aplicação de ICPC01 o saldo de reavaliação foi considerado como parte do valor justo do ativo relacionado à concessão (nota 12.b), cujo valor levado ao resultado em 31 de março de 2012 foi de R\$5.220(R\$5.829 em 31 de março de 2011)

21. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Receitas de arrecadação	98.432	85.534
Receitas acessórias	789	688
Receita de construção - ativos de concessão	31.619	17.697
Receita bruta de vendas	130.840	103.919
Impostos incidentes sobre serviços	<u>(8.400)</u>	<u>(7.256)</u>
Receita líquida	122.440	96.663

22. Resultados financeiros, líquidos.

O resultado financeiro líquido, em 30 de junho de 2012 e 2011, está assim composto:

	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	648	927
Descontos obtidos	10	2
Outros	<u>6</u>	<u>193</u>
	664	1.122
Despesas financeiras		
Encargos sobre debêntures	(8.321)	(4.973)
Juros sobre financiamentos e capital de giro	(1.614)	(4.955)
Encargos sobre CCBs	(4.002)	(4.995)
Juros diversos	(82)	(97)
Outros	<u>(85)</u>	<u>(43)</u>
	(14.104)	(15.063)
	(13.440)	(13.941)

Notas Explicativas

23. Compromissos

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2012	45.050
2013	15.648
2014 a 2017	6.971
	67.669

Até 30 de junho de 2012 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão, foram integralmente cumpridos.

A companhia contratou de parte relacionada o aluguel de sua sede. O contrato tem vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustáveis pelo IGMP e não há restrições à Companhia ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a companhia espera renovar seu aluguel até o final do período de concessão, em 30 de junho de 2012 são os seguintes:

Ano	Valor
2012	262
2013 a 2014	844
2015 a 2017	1.223
	2.329

24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2012 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- i. Aplicações Financeiras – são classificadas como equivalentes de caixa ou valor justo por meio de resultado, sendo destinadas à constituição de fundo para liquidação das debêntures e empréstimo de CCB mantido com o Banco Bradesco.
- ii. Empréstimos, Financiamentos CCB – são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.
- iii. Debêntures – são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos encargos e atualizações auferidos até a data do balanço.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Notas Explicativas

24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro-- continuação

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de março de 2012.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida são todos eles valores constantes em 30 de junho de 2012.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 30 de junho de 2012.
- Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de junho de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2012 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.
- Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e/ou resgates de aplicações.
- As informações sobre os indexadores utilizado no cálculo do cenário provável foram obtidas do Boletim Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil em 29 de junho de 2012.

a) **Risco de taxas de juros**

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Notas Explicativas**24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro -- continuação**

A análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros está abaixo indicada:

Empréstimos

Operação	Risco	Saldo 30/06/12	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Debentures 5 emissão	CDI	165.720	35.428	29.523	44.285	55.356	66.427
CCB	IGP-M	20.349	489	407	611	763	916
Debêntures 4 emissão	IGP-M	24.881	584	486	730	912	1.094
		210.950	36.501	30.416	45.626	57.031	68.437
<i>Indexador*</i>	<i>CDI %</i>		<i>6,70</i>	<i>5,58</i>	<i>8,37</i>	<i>10,46</i>	<i>12,56</i>
	<i>IGP-M %</i>		<i>4,14</i>	<i>3,45</i>	<i>5,17</i>	<i>6,46</i>	<i>7,76</i>

* Fonte pesquisa: boletim Focus de 29/06/12

Em 30 de junho de 2012, a análise de sensibilidade do risco de rendimentos de aplicações indica os seguintes valores por cenário:

Aplicação

Operação	Risco	Saldo 30/06/12	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Fundo investimento	CDI	23.943	267	223	334	418	501
<i>Indexador*</i>	<i>CDI %</i>		<i>6,70</i>	<i>5,58</i>	<i>8,37</i>	<i>10,46</i>	<i>12,56</i>

* Fonte pesquisa: boletim Focus de 29/06/12

Notas Explicativas

24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro -- continuação

- **Risco de mercado** -- continuação

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- b) **Risco de preço e valor de mercado**

A presente estrutura tarifária cobrada nas 3 (três) praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato em 23,99% de TIR (Taxa Interna de Retorno).

- c) **Risco regulatório**

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. Consideramos que a companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Notas Explicativas

24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro -- continuação

- **Risco de Liquidez**

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2012. Com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Em 30/06/12:	Até um ano	De 2 a 5 anos	Total
Financiamento	10.244	10.105	20.349
Debêntures	31.444	159.157	190.601
	41.688	169.262	210.950

	Incluindo projeção para juros futuros		
	Até um ano	De 2 a 5 anos	Total
Financiamento	10.774	14.808	25.582
Debêntures	38.040	233.000	271.040
	48.814	247.808	296.622

- **Gestão do Capital Social**

O capital social inclui ações preferenciais conversíveis.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011.

